

**Rodrigo Martiniano Ayres Lins**

# **CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS RESOLUÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL**

Apresentação

**Min. Napoleão Nunes Maia Filho**

Prefácio

**Prof. Dr. Filomeno Moraes**



**EDITORA ÍTHALA  
CURITIBA – 2019**

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	17
INTRODUÇÃO .....	21
1 A JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA .....	29
1.1 Eleições e voto no Brasil-Colônia e no período imperial .....	29
1.2 Eleições e voto na Primeira República: um retrocesso .....	34
1.3 A Revolução de 30 e a criação da Justiça Eleitoral .....	38
1.4 Democracia e Justiça Eleitoral .....	42
2 ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL .....	49
2.1 O Tribunal Superior Eleitoral .....	50
2.2 Os Tribunais Regionais Eleitorais .....	52
2.3 O mandato dos integrantes dos Tribunais Eleitorais (TRE e TSE) .....	53
2.4 Os juízes eleitorais .....	53
2.5 As juntas eleitorais .....	55
3 O PODER NORMATIVO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL BRASILEIRO .....	57
3.1 Tipos de atos normativos .....	58
3.2 Regulamentos no Brasil .....	59
3.3 Fundamento e compatibilidade constitucional dos regulamentos do TSE .....	62
3.4 Natureza jurídica e classificação .....	66
3.5 Limitações temporais, formais e materiais .....	70
4 O EXERCÍCIO DO PODER NORMATIVO PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL EM CONFRONTO COM A TÉCNICA DE SEPARAÇÃO DE PODERES E OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E RESERVA LEGAL .....	75
4.1 O liberalismo político e a técnica de separação de poderes .....	75
4.2 A separação de poderes no constitucionalismo brasileiro .....	80
4.3 Princípios da legalidade e reserva legal .....	83
4.4 A separação de poderes, a reserva legal e a atuação do Tribunal Superior Eleitoral Brasileiro .....	85
4.5 Resoluções do TSE e a legitimidade democrática .....	90

5	NOTAS SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	93
5.1	Breve histórico do controle de constitucionalidade no Brasil.....	94
5.2	Controle de constitucionalidade na Constituição Federal de 1988 .....	98
5.3	Tipos de controle de constitucionalidade .....	100
5.4	Tipologia: inconstitucionalidades formal e material .....	102
6	CONTROLE DO PODER NORMATIVO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL BRASILEIRO .....	105
6.1	Controle abstrato de constitucionalidade por via de ação direta em face das Resoluções do TSE.....	106
6.2	Controle difuso de constitucionalidade em face das Resoluções do TSE .....	108
6.3	Controle via arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) em face das resoluções do TSE.....	113
6.4	Controle de legalidade em face das resoluções do TSE .....	120
6.5	Controle repressivo das resoluções do TSE pelo Poder Legislativo .....	125
6.6	O Poder Judiciário como legislador positivo: reflexões sobre a utilização do mandado de injunção na seara eleitoral .....	140
7	RESOLUÇÕES (IN)CONSTITUCIONAIS DO TSE .....	147
7.1	Definição de número de vereadores em câmara municipal e de Deputados Federais por Estado e Distrito Federal .....	147
7.2	Fixação de regras de justificação de desfiliação partidária, de perda de mandato por infidelidade partidária e procedimento para que esta ocorra .....	158
7.3	Criação de impedimento a se obter certidão de quitação eleitoral durante uma legislatura em razão de contas julgadas como não prestadas .....	169
7.4	Vedação à verticalização de coligações .....	178
7.5	Reação legislativa: a Emenda Constitucional n. 52/2006 .....	182
	CONCLUSÃO.....	187
	REFERÊNCIAS .....	191